

GÊNEROS TEXTUAIS: ANÁLISE DE PROPOSTAS DE TRABALHO COM SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS EM LÍNGUA PORTUGUESA NO ENSINO MÉDIO.

CRISTINE LEONARDO CUSTODIO (UNESP RIO CLARO).

Resumo

São muitas as dificuldades dos alunos que chegam ao Ensino Médio no que diz respeito ao desenvolvimento da proficiência em leitura e produção de textos, verificadas nos resultados dos exames de avaliação como SARESP, ENEM e em exames internacionais como o PISA. Tais fatos evidenciam que as práticas pedagógicas não têm alcançado o que se considera função legítima da escola – ensinar a ler e escrever com proficiência. No início de 2008, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, lançou o projeto “São Paulo faz Escola”, material apostilado baseado nos PCNEM, com atividades totalmente esquematizadas em detalhes, sugestões de textos, estratégias e avaliações no final de cada atividade, denominadas situações de aprendizagem. Na hipótese de que os PCN tragam propostas de ensino–aprendizagem de leitura e escrita, cuja base teórica estaria na noção de gêneros de Bakhtin e o material didático baseie–se nos modelos das seqüências didáticas descritos por Schneuwly e Dolz, o presente projeto de pesquisa pretende analisar o material didático de Língua Portuguesa para o Ensino Médio utilizado nas escolas públicas do estado de São Paulo em 2008, à luz da teoria do gênero do discurso de Bakhtin, procurando investigar se utilizam a fundamentação teórica desenvolvida nos estudos de linguagem dos últimos anos e se dialogam com os PCN e as teorias relativas à concepção sócio–interacionista de linguagem. Objetiva–se também levantar questionamentos sobre a pertinência ou não da abordagem metodológica utilizada nos materiais e sua aplicabilidade; verificar se as atividades com gêneros textuais privilegiam o uso da língua em suas práticas sociais e, finalmente, se o referido material didático pode contribuir nesse processo e conseqüentemente para a melhoria da qualidade do ensino no Estado de São Paulo.

Palavras-chave:

generos do discurso, sequencias didaticas, letramento.

Introdução

Neste trabalho, apresento resultados de pesquisa de mestrado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - *Campus* de Rio Claro, vinculada à linha “Alfabetização e Linguagens” sob orientação da Professora Dra. Maria Augusta Hermengarda Wurthman Ribeiro.

Desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais verificou-se um aumento de atividades escolares que contemplam leitura. No entanto, as propostas contidas nos PCN de Língua Portuguesa, apesar de abordarem um trabalho mais adequado com os gêneros do discurso, ainda não influenciaram a capacidade de leitura dos alunos. Por conta dessas mudanças, inúmeros estudos vêm sendo feitos acerca do trabalho com gêneros do discurso nos últimos anos, e como o ensino de língua portuguesa vem sendo desenvolvido nas escolas e nos materiais didáticos adotados por elas.

No início de 2008, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, na tentativa de sanar as falhas existentes no sistema educacional paulista, lançou o projeto “São Paulo faz Escola” tendo como referência a “Nova Agenda da Educação Pública do Estado de São Paulo” que prevê dez metas e ações para 2010. [1] Entre as

medidas adotadas, está a "Proposta Curricular do Estado de São Paulo Língua Portuguesa - Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio" com os **Cadernos do Professor**, que determinam os conteúdos a serem trabalhados durante os bimestres.

A contextualização dessa Proposta nos materiais encaminhados para as escolas "tem como norte os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases, as normas das Diretrizes Curriculares Nacionais, que são obrigatórias, e as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais" em uma ação integrada e articulada, cujo objetivo "é organizar melhor o sistema educacional de São Paulo." (<http://www.saopaulo.sp.gov.br>).

Problematização:

A leitura e a escrita são fatores imprescindíveis de inclusão do indivíduo na sociedade e a escola tem a responsabilidade de oferecer ao aluno subsídios que desenvolvam sua capacidade leitora e escritora. A democratização da escola promoveu a inclusão de alunos deixados à margem anteriormente, mas trouxe para a escola problemas relacionados ao domínio da norma culta, obrigando a escola a rever seus conteúdos. Cabe agora à escola, além da informação, cuidar também da formação ampla, abrangente e responsável suprir as falhas que a família não é capaz de superar, garantindo ao aluno plenas condições de disputar em igualdade de condições espaços no ensino superior e no mercado de trabalho. Quanto a isso, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) afirma-se que:

Cabe a escola viabilizar o acesso do aluno no universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Isso inclui os textos das diferentes disciplinas, com os quais o aluno se defronta sistematicamente no cotidiano escolar e, mesmo assim, não consegue manejar, pois não há trabalho planejado com essa finalidade. (p.30)

São muitas as dificuldades dos alunos que chegam ao Ensino Médio no que diz respeito ao desenvolvimento da proficiência em leitura e produção de textos. Essa dificuldade dos alunos brasileiros com a leitura e com a escrita pode ser verificada nos resultados dos exames de avaliação como SARESP, ENEM e em exames internacionais como o PISA. Em relação ao Enem, apesar de ter havido melhora no desempenho geral em 2007, apresentaram dificuldade de identificar até mesmo informações explícitas em gêneros textuais a que têm acesso no seu cotidiano. Tais fatos evidenciam que as práticas pedagógicas escolares não têm alcançado o que é função legítima da escola - ensinar a ler e escrever com proficiência. Sobre as dificuldades com a escrita, os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997) citam:

a dificuldade dos alunos universitários em compreender os textos propostos para leitura e organizar idéias por escrito de forma legível levou universidades a trocar os testes de múltipla escolha dos exames vestibulares por questões dissertativas e

a não só aumentar o peso da prova de redação na nota final como também a dar-lhe um tratamento praticamente eliminatório. (p.19)

Para Paulo Freire, a leitura e a escrita são instrumentos essenciais à cidadania. Se a escrita é um dos principais caminhos para a aquisição do conhecimento, ensinar a ler e a escrever de modo a atender os usos sociais que o mundo letrado requer é promover a inserção social. Promovendo o letramento, a escola está, na verdade, promovendo a inclusão social dando ao aluno condição para o pleno exercício da sua cidadania. Porém a grande questão é: Como resgatar o prazer da prática da leitura como uma prática crítica e reflexiva? Como estabelecer a relação leitura-escrita? Que papel o professor desempenha nessa relação?

É reconhecido que as atividades de letramento não devem se limitar às aulas de língua portuguesa, mas a todas as disciplinas, concebendo a linguagem como ferramenta para a compreensão do mundo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional explicita que o Ensino Médio é a "*etapa final da educação básica*" (Art.36), o que concorre para a construção de sua identidade. O Ensino Médio passa a ter a característica da terminalidade, o que significa assegurar a todos os cidadãos a oportunidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; aprimorar o educando como pessoa humana; possibilitar o prosseguimento de estudos; garantir a preparação básica para o trabalho e a cidadania; dotar o educando dos instrumentos que o permitam "continuar aprendendo", tendo em vista o desenvolvimento da compreensão dos "fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos" (Art.35, incisos I a IV).

Considerando a leitura e a escrita instrumentos essenciais à cidadania, ensinar a ler e a escrever de modo a atender os usos sociais que o mundo letrado requer é promover a inserção social. Promovendo o letramento, a escola está, na verdade, promovendo a inclusão social dando ao aluno condição para o pleno exercício da sua cidadania. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) reconhecem que as atividades de letramento não devem se limitar às aulas de língua portuguesa, mas a todas as disciplinas, concebendo a linguagem como ferramenta para a compreensão do mundo. Segundo as orientações apresentadas pelos PCN, todo professor, independente da sua área de formação, deve ter o texto como instrumento de trabalho. O documento (PCN, 1997) afirma ainda que:

(...) No mundo atual, mais que nunca, é essencial deter a competência de ler nos vários níveis possíveis de leitura. É papel da escola, e não apenas das disciplinas da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, desenvolver essa competência. (...) A proficiência em leitura deve se estruturar gradativamente, a partir do ensino fundamental. A leitura deve integrar como elemento articulador, todas as disciplinas do currículo, abrindo muitas possibilidades de trabalho para o professor (p.107)

No entanto, o professor de língua portuguesa dispõe de mais instrumentos para facilitar o processo ensino-aprendizagem, bem como a autonomia do aluno, uma

vez que opera com os elementos formadores do discurso. É o que afirmam os PCNEM de Língua Portuguesa(1998) :

As competências e habilidades propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) permitem inferir que o ensino de Língua Portuguesa, hoje, busca desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão lingüística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura. (p.1)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa foram elaborados em meados da década de 1990 com a finalidade de constituírem-se como referência para as discussões curriculares da disciplina, a fim de contribuir para a elaboração de projetos de ensino, auxiliando os professores no processo de revisão e elaboração de propostas pedagógicas para a eficiência desse processo. O enfoque da disciplina de Língua Portuguesa deixou de ser relegado ao trabalho com análise lingüística e ao simples estudo da estrutura da oração e do período. Atualmente tem-se o texto como unidade de estudo essencial e o trabalho com a diversidade textual já se incorporou às aulas de Língua Portuguesa e Língua estrangeira, privilegiando "as práticas sociais da linguagem, em situações didáticas que possam contribuir para a formação do sujeito" (PCN, 1998, p. 45).

Os PCN têm influência direta dos estudos no campo da Filosofia da Linguagem de Bakhtin que começaram a circular no Brasil em meados da década de oitenta apoiados na concepção sócio-interacionista da linguagem. Bakhtin baseia-se na noção do caráter social dos fatos de linguagem, considerando o discurso como produto da interação social, produzido de acordo com as diferentes esferas de atuação de atividades.

Para o autor russo, "se os gêneros do discurso não existissem e se nós não tivéssemos o seu domínio e se fosse preciso criá-los pela primeira vez em cada processo da fala, se nos fosse preciso construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria quase impossível. (Bakhtin, 2003, p.302)

A partir da publicação dos PCN, os livros didáticos passaram a adequar seus conteúdos à nova proposta, já que concomitante com os PCN foi lançado o Programa Nacional do Livro Didático, sendo objeto de inúmeras pesquisas da comunidade acadêmica, analisando e criticando esse instrumento de ensino tão controverso.

No entanto, como foi citado anteriormente, as propostas contidas nos PCN de Língua Portuguesa, apesar de abordarem um trabalho mais adequado com os gêneros do discurso, ainda não influenciaram a capacidade de leitura dos alunos.

As razões para o fracasso escolar passam por vários aspectos da educação brasileira, ao se considerar a escola como um microcosmo onde se refletem os problemas sociais, mas uma das principais falhas no processo com certeza é a falta de discussão da proposta com os principais mediadores do processo, os professores, que na maioria das vezes sentem-se despreparados e acabam reproduzindo modelos tradicionais baseados na gramática tradicional aplicada a textos, ou apenas reproduzem as propostas dos livros didáticos sem nenhuma reflexão sobre o trabalho.

Sobre este assunto, Geraldi et al. (1996) cita:

O investimento maior é na transmissão de conteúdos e métodos e de materiais "novos", elaborados por especialistas, e que vão percorrer um longo caminho até chegar ao professor e à sua unidade escolar. O trajeto em que teoria e conhecimento acabam se transformando num discurso fragmentado, esgarçado, muitas vezes permeado por equívocos e distorções. Banalizado, transforma-se numa espécie de receituário inconsistente que se choca ora com as questões e as angústias dos professores, todas provenientes da sua prática de sala de aula, ora com as condições de trabalho existentes nas escolas. O que se tenta transmitir não é o resultado de um trabalho coletivo, construído a partir das inquietações dos professores e com a sua participação, mas algo que mesmo se relacionado à aula e ao ensino lhe é "comunicado" do exterior e a ele somente resta receber, assimilar e adaptar-se (p. 312-313).

A Proposta Curricular do Estado de São Paulo - Caderno do professor e Caderno do aluno

Trata-se material apostilado com base nos PCN, com atividades totalmente esquematizadas em detalhes, com sugestão de textos, estratégias, e avaliação já prevista ao final de cada atividade, denominadas Situações de Aprendizagem. O material prevê ainda, a utilização do livro didático adotado pela escola como complemento para desenvolvimento das atividades propostas.

Observa-se nessas atividades referência direta aos estudos da Escola de Genebra, que desenvolve a linha bakhtiniana de gêneros do discurso, em especial a noção de estudo dos gêneros através de seqüências didáticas de Schneuwly e Dolz (2004):

Unidade de trabalho escolar, constituída por um conjunto de atividades que apresentam um número limitado e preciso de objetivos e que são organizadas no quadro de um projeto de apropriação de dimensões constitutivas de um gênero de texto, com o objetivo de estruturar as atividades particulares em uma atividade englobante, de tal forma que essas atividades tenham um sentido para os aprendizes. (p.70)

A delimitação do objeto da pesquisa implica em um enfoque lingüístico temático que se refere aos modos de materialização lingüística do conceito de gênero tanto nas seqüências de aprendizagens quanto nos próprios PCN. Para realizar essa análise, adota-se inicialmente de uma visão geral do espaço dedicado a esse eixo de ensino. Em seguida, prioriza - se a reconstrução dos objetos de ensino com base nos três elementos da formação dos gêneros do discurso, que segundo Bakhtin (2003) são indissolúveis: os temas - conteúdos ideologicamente conformados que se tornam comunicáveis através do gênero; a forma composicional ou os elementos

das estruturas comunicativas e semióticas compartilhadas pelos textos pertencentes ao gênero e as marcas lingüísticas ou estilo as configurações específicas das unidades de linguagem, traços da posição enunciativa do locutor e da forma composicional do gênero.

Dessa forma, análise do objeto de investigação não se prende a uma simples classificação dos gêneros, mesmo porque Bakhtin reconhece a "relativa estabilidade" dos mesmos, podendo variar ou mesmo adquirir outras significações, posto que se estabelecem em uma relação dialógica e estão em constante transformação.

Concebendo o material didático da proposta como um enunciado e ainda, cada situação de aprendizagem como enunciados distintos, o recorte que se faz é no sentido de verificar o tratamento dado ao estudo dos gêneros, a dialogicidade do material como um enunciado na proposta dos PCN em consonância com a Teoria da Enunciação de Bakhtin.

Segundo o autor russo, os gêneros podem ser considerados instrumentos que fundam a possibilidade de comunicação da atividade humana. Porém, Schneuwly e Dolz observam que em situação escolar, é produzida uma inversão em que a comunicação desaparece quase totalmente em prol da objetivação e o gênero torna-se *uma pura forma lingüística cujo objetivo é seu domínio*. (Schneuwly, Dolz 1999, p.8). Esses autores acrescentam ainda que "o gênero trabalhado na escola é *sempre uma variação* do gênero de referência, construída numa dinâmica de ensino/aprendizagem, para funcionar numa instituição cujo objetivo primeiro é, precisamente, este, através do que os autores chamam de modelos didáticos." (idem, 1999, p.9). Dessa forma, "ele não é mais o mesmo, pois corresponde a outro contexto comunicativo, somente ficcionalmente, ele continua o mesmo, por assim dizer, sendo a escola, de certo ponto de vista, um lugar onde se finge o que é, aliás, uma eficiente maneira de aprender." (SCHNEUWLY, 2004, p.180)

Para tal, esses autores estabelecem *três princípios* ao trabalho didático:

-Princípio de legitimidade (referência aos conhecimentos que emanam da cultura ou elaborados por profissionais especialistas);

-Princípio de pertinência (referência às capacidades dos alunos, às finalidades e objetivos da escola, aos processos de ensino/aprendizagem);

-Princípio de solidarização (tornar coerentes os conhecimentos em função dos objetivos visados).

A Análise das Situações de aprendizagem propostas no material de língua portuguesa do "Currículo do Estado de São Paulo" [2] terá como percurso metodológico esses três princípios, aliados à teoria dos gêneros do discurso de Bakhtin, abordando pontos convergentes e divergentes entre eles.

Do ponto de vista da análise de resultados, pretende-se investigar as condições de produção do material didático, ou seja, como a perspectiva teórica apresentada no documento oficial chega ao *Caderno do Professor* e ao *Caderno do aluno*, considerando-se que mudar um gênero de referência para o ambiente escolar significa mudar, pelo menos parcialmente, sua função.

Pretende-se também, verificar se as atividades com gêneros privilegiam o uso da língua em suas práticas sociais, levando-se em conta que os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados a fim de "criar condições, nas escolas, que

permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania" (PCN, 1998, p.5)

Finalmente, concluir se o referido material didático pode contribuir nesse processo e conseqüentemente para a melhoria da qualidade do ensino no Estado de São Paulo.

A seguir, serão apresentadas algumas considerações acerca de uma das situações de aprendizagem, resultado dos estudos já realizados na pesquisa em questão.

Considerações sobre a Situação de Aprendizagem 1 do caderno de Língua Portuguesa da 2ª série do Ensino Médio - 1º bimestre de 2009

Embora as considerações que aparecem a título de introdução geral nos Cadernos postulem a necessidade de se trabalhar com os textos nas situações reais em que circulam, logo apontam para uma dimensão bastante restrita da inserção em práticas letradas, na medida em que as consideram enquanto possibilidades para o reconhecimento, pelo aluno, de uma dada variedade de gêneros textuais.

É o que se observa na Situação de Aprendizagem 1 do primeiro bimestre da 2ª série do Ensino Médio, que se propõe a estudar o gênero comédia de costumes confrontando a música "Caviar", de Luiz Grande, Marcos Diniz e Barbeiro do Jacarezinho com um trecho da peça "O juiz de paz na roça," de Martins Pena .

Em relação a esta última, apesar de se tratar de uma obra representativa do gênero, o estudo de apenas um trecho reduz o gênero estudado ao estilo próprio do autor, e também do estilo literário da obra, pertencente ao Romantismo, o que compromete sobremaneira a noção de um dos mais antigos gêneros utilizados na história da literatura e linguagem humana. Além disso, a escolha de apenas um texto do gênero dramático, confrontado com um texto do gênero música, ou poesia, embora com conteúdo de crítica social, não caracteriza a noção do gênero comédia de costumes, nem justifica a expressão "Rindo criticam-se os costumes", título desta atividade. É, nesse sentido, visivelmente circunstancial o enfoque do contexto presente nos "Cadernos do Professor" de Língua Portuguesa, o que não condiz nem com o enfoque bakhtiniano dos gêneros do discurso, que os postula de maneira bastante diferente, intimamente relacionada com determinadas esferas e dentro de uma contextualização social muito mais ampla, nem com os princípios ao trabalho didático propostos por Schneuwly e Dozi, referenciais teóricos dessa análise.

Sob essa ótica, a escolha da música Caviar para iniciar o trabalho com o gênero comédia de costumes parece não ser adequada, uma vez que no aspecto cultural e literário da origem desse gênero predomina o texto dramático, o que contraria o Princípio de legitimidade de Schneuwly e Dolz. Além disso, em relação à escolha do texto, parece longe das vivências sociais dos alunos, tanto nas expressões "caviar" como "vala" e "muçum", não condizendo com o Princípio da pertinência, que deve levar em consideração as capacidades dos alunos e suas relações no processo ensino-aprendizagem.

A situação de aprendizagem propõe que os textos escolhidos sejam analisados do ponto de vista das semelhanças quanto ao teor de crítica social, trabalhando inclusive a ambigüidade na linguagem de Martins Pena. Após essa análise, segundo o Caderno do Professor, cabe ao professor conceituar o gênero comédia de

costumes, o que julgamos ser tarefa muito difícil seguindo apenas o roteiro proposto, pela escassez de elementos caracterizadores presentes nos textos escolhidos, que diferenciem além das diferenças dos gêneros musical e dramático, a crítica social que é o divisor de águas que vai agrupar vários gêneros em um único gênero, a comédia de costumes. Sobre essa divisão ou subdivisão de gêneros, Bakhtin diz que "... cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (2003, p. 279 -280)

Dessa forma, o terceiro Princípio, que deve tornar coerentes os conhecimentos em função dos objetivos visados, torna-se nulo, pois não há ponto de identificação nem reconhecimento de afinidades em ambos os textos escolhidos para a análise. Seria pertinente, nesse modelo didático, outro trecho no gênero dramático, pertencente à outra época que não o século XIX, para que o gênero comédia de costumes fosse evidenciado e ficasse clara a crítica aos valores sociais presente nesse tipo de texto.

Outro aspecto presente nessa Situação de Aprendizagem diz respeito às atividades de linguagem, que ainda continuam envolvendo as mesmas classificações presentes na Gramática Normativa, com algumas pequenas alterações.

Alem disso, a produção de anúncio com períodos simples e compostos parece totalmente descontextualizada da motivação inicial da atividade, que trabalha textos muito mais complexos. Essa abordagem tradicionalista representa um retrocesso e contradiz a proposta de letramento através do estudo de gêneros na proposta inicial desse material.

Para Bakhtin (2003),

A língua materna - sua composição vocabular e sua estrutura gramatical - não chega ao nosso conhecimento a partir do dicionário e gramática, mas de enunciações concretas [...] as formas da língua e as formas típicas dos enunciados chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas (p.283).

Há de se observar também a produção coletiva dos textos propostos, que pretende ser um espaço de interação e aprendizagem, mas pode se tornar reducionista do ponto de vista do desenvolvimento da competência escritora e principalmente da avaliação do trabalho e progresso individual. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua - recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais - mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. (Bakhtin, 2003, p.279)

Considerações finais

Através dos estudos já realizados, observa-se que material distribuído pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo desde 2008, é mais uma tentativa de introduzir a abordagem sócio-interacionista de estudo dos gêneros do discurso paulatinamente aos alunos e professores, visando a melhorar a competência leitora e escritora do aluno, desenvolvendo habilidades que instrumentalizam o sujeito à prática da leitura, aproximando a escola da realidade social dos alunos.

Levando-se em conta que os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados a fim de "criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania" (PCN, 1998, p.5), resta saber, se tal material, que postula ser fruto de um projeto nos moldes das teorias bakhtinianas leva em consideração o dialogismo da linguagem, o caráter social que tais atividades adquirem ao se considerar cada situação de aprendizagem como um enunciado, em uma cadeia enunciativa, onde o receptor não é um ser passivo, mas um como postula Bakhtin (2003:264) "um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados, onde "a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos, (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua" (2003,p.264).

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail./VOLOCHINOV. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC,1999

BAKHTIN, Mikhail. ([1952-53] 1979) "**Os gêneros do discurso**". In: Estética da criação verbal. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL,. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais** - Língua Portuguesa - Ensino médio. Brasília: MEC, 1998.

GERALDI, João W. SILVA, Lilian L.M. & FIAD, Raquel S. (1996) "**Lingüística, Ensino de Língua Materna e Formação de Professores**" in *DELTA*, vol12, nºs 2, , pp. 307-326.

Secretaria de Educação de São Paulo. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Língua Portuguesa** / Coord. Maria Inês Fini. - São Paulo: SEE, 2008.

SCHNEUWLY, Bernard e DOLZ, Joaquim: **Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino**. *Revista Brasileira de Educação*, nº 11, p. 5-15, mai/jun/jul/ago 1999.

_____. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2004

[1] Conjunto de medidas adotadas pelo Governo do Estado de São Paulo em 2008 para melhorar a qualidade do ensino no estado. (<http://www.saopaulo.sp.gov.br/acoes/educacao/metas/>)

[2] A partir de 2009 o que era a "Proposta curricular do Estado de São Paulo" foi substituído por "Currículo do Estado de São Paulo", no qual foram acrescentados os Cadernos do aluno.